

# O PAPEL DO TRABALHO IMIGRANTE: DISCUSSÃO DA POSIÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES DOS PALOP, EM PORTUGAL (DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL)

## *THE ROLE OF IMMIGRANT LABOR: DISCUSSION ABOUT THE LABORAL POSITION OF PALOP'S IMMIGRANTS IN PORTUGAL (LISBON AND SETUBAL DISTRICTS)*

Sonia Pereira\*

### RESUMO

Os trabalhadores migrantes tiveram ao longo da história de Portugal uma importância relevante, principalmente em algumas atividades e ocupações, sobretudo as menos qualificadas. Até a queda do Estado Novo com o 25 de Abril de 1974, a maior parte dos trabalhadores migrantes era internamente (entre as então províncias ultramarinas e a Metrópole ou entre as zonas rurais e os centros urbanos). A partir da década de 60, se constitui um fluxo mais expressivo, e com características de migração laboral, de Cabo Verde para Portugal. Este fluxo consolida-se após os processos de descolonização que se seguiram ao 25 de Abril de 74, agora com características de migração internacional. É sobre as trajetórias laborais de imigrantes africanos que se encontravam em Portugal no início do séc. XXI e sobre a sua posição no mercado de trabalho no país, que este artigo pretende refletir. Note-se que esta análise não inclui os impactos da crise financeira internacional de 2008 ou o programa de austeridade implementado pelo governo português desde 2010. Parte-se da realização de entrevistas estruturadas com 140 imigrantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) que chegaram a Portugal até 1998, completadas com 47 entrevistas a imigrantes posteriores, enquadradas por uma contextualização com base nos dados secundários disponíveis, para contribuir para um debate mais alargado sobre a história do trabalho no país, que inclua também os trabalhadores imigrantes. O artigo centra-se especificamente em três atividades centrais para imigrantes: construção, limpezas e serviço doméstico.

**Palavras-chave:** Imigrantes. Mercado de Trabalho. África Lusófona.

### ABSTRACT

Migrant workers have had a fundamental role throughout Portugal's history, particularly in some activities and occupations, mostly at the bottom segments of the labour market. Until the carnation revolution that took place on the 25<sup>th</sup> April 1974 most migrants moved internally (between the overseas territories and the metropolis or between rural areas and urban centres). For example, since the 1960s a significant flow had been constituted by labour migrants from Cape Verde that went to work in mainland Portugal. This flow was consolidated after 1974, now with the features of an international migration flow. This article wishes to put into evidence the labour market trajectories and situation of Lusophone African immigrants that were in Portugal in the beginning of the 21<sup>st</sup> century. Note that this analysis does not reflect the impacts of the international financial crisis of 2008 or the austerity plan implemented by the Portuguese Government since 2010. I depart from structured interviews conducted with 140 African immigrants that arrived before 1998, complemented with 47 interviews with others that arrived in subsequent years, framed within secondary statistical data to contribute to a deeper debate on the history of labour in Portugal by including also immigrant workers. I specifically focus on three key activities where these immigrants found work: construction, cleaning and domestic service.

**Key-Words:** Immigrants. Labour Market. Lusophone Africa.

---

\* Investigadora no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e no Instituto de Direitos Humanos da Universidade de Deusto, em Espanha. A investigação apresentada baseia-se na Tese de Doutoramento em Geografia Humana, concluída em Novembro de 2009 na Universidade de Lisboa, com apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCI 2010 e FSE).

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos que abordam o trabalho e as relações laborais não podem ignorar a questão da mobilidade do trabalho e a situação dos trabalhadores (i)migrantes no seio da “classe trabalhadora” (ANTUNES, 2013, p. 11; CASTLES, 2000). A mobilidade de trabalhadores constitui, potencialmente, uma oportunidade para a melhoria de condições de vida. No entanto, na realidade, corresponde frequentemente à (re)criação de situações de exploração laboral nos países de destino (RODRIGUEZ e MEARNS, 2012, p. 581), independentemente de os imigrantes conseguirem, ainda assim, concretizar aspirações de progressão material no novo contexto<sup>1</sup>.

Os empregadores recorrem frequentemente à mão de obra imigrante pela sua disponibilidade para desempenhar tarefas menos atraentes, quer do ponto de vista das condições físicas do trabalho, dos ritmos e horários, quer dos níveis salariais pagos. Este recrutamento é tendencialmente maior em atividades que não podem ser deslocadas para outras partes do globo, onde os custos de trabalho são mais favoráveis aos objetivos de acumulação de lucros por parte das empresas. Estudos realizados em vários contextos de recepção de imigrantes apontam para uma desvantagem generalizada dos trabalhadores imigrantes nos países de destino, que inclui: o desempenho de funções menos qualificadas em atividades de baixo estatuto, frequentemente manuais, monótonas ou fisicamente exigentes (HOLGATE *apud*; MACKENZIE e FORDE, 2009, p. 143), baixos salários, fraca proteção social, dificuldades em aceder a segmentos mais favoráveis do mercado de trabalho (nomeadamente decorrentes de processos de discriminação ou de lacunas ao nível do capital humano dos próprios trabalhadores imigrantes), maior vulnerabilidade ao desemprego, precariedade e informalidade nas relações laborais (MINGIONE, 1999; BAGANHA, 2006; JANDL et al., 2009).

Os trabalhadores imigrantes desempenham, simultaneamente, uma função econômica, formando o exército industrial de reserva, mas também uma função sociopolítica, porque conduzem a uma divisão no seio da classe trabalhadora, entre trabalhadores nacionais e trabalhadores estrangeiros (CASTLES, 2000, p. 28), que confluem com diferenças raciais ou étnicas. Quando os empregadores adotam práticas diferenciadas entre uns e outros, cria-se a possibilidade de uma parte da classe trabalhadora assumir uma consciência de aristocracia do trabalho (CASTLES, 2000, p. 28), que conduz a uma cisão na consciência de classe. Simultaneamente, os trabalhadores nacionais tendem a encarar os trabalhadores imigrantes como uma ameaça à sua própria situação laboral, havendo uma vasta literatura dedicada a avaliar o impacto desses sobre aqueles (GREENWOOD e MCDOWELL, 1986; BORJAS, 1987; CARD, 1990).

Desta forma, a posição dos trabalhadores imigrantes sempre foi encarada com alguma ambiguidade quer por parte dos trabalhadores nacionais dos países de destino quer pelos próprios movimentos sindicais (KOLAROVA e PEIXOTO 2009; PENNINX e ROOSBLAD, 2000) que, tendencialmente, os representam. Adicionalmente, os trabalhadores imigrantes, pelo facto de se encontrarem deslocados do seu país de origem, enfrentam questões que não são comuns aos trabalhadores nacionais, mas que influem não só na sua vida de forma abrangente, mas também especificamente na sua atitude perante o trabalho; designadamente, no que diz respeito ao seu estatuto legal no país, a questões de habitação, relações familiares à distância ou até ao eventual carácter temporário da sua permanência e relação laboral. Os movimentos operários e sindicais nem sempre têm conseguido acomodar e lidar com estas questões, com as quais estão

---

<sup>1</sup> Essa discussão não será elaborada aqui.

menos familiarizados, e que requerem novas ações e estratégias (HOLGATE, 2005; ROGALY, 2009). Por este motivo, os movimentos sindicais têm por vezes dificuldade em aproximar-se dos trabalhadores imigrantes (QUINTAS e CRISTÓVAM, 2003), destacando-se a atividade das associações de imigrantes ou de apoio a imigrantes também na defesa dos seus direitos laborais. Alternativamente, têm surgido também estruturas independentes para defesa dos direitos dos trabalhadores estrangeiros, como o Coletivo de Defesa dos Trabalhadores Estrangeiros na Agricultura (CODETRAS) em França, ou a Rede dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes (MWRN) na Tailândia.

No caso português, as questões ligadas à imigração de trabalhadores mereceu uma atenção limitada por parte de académicos e políticos até finais da década de 90 do século 20. No entanto, existe, sobretudo desde os processos de descolonização de 1975, uma presença importante de trabalhadores imigrantes em Portugal, principalmente de algumas origens, muito marcada em alguns sectores específicos. Já no âmbito do movimento sindical português, verifica-se alguma atenção e algum envolvimento com as populações imigrantes na defesa dos seus direitos laborais, mas também do acesso à saúde ou à reunificação familiar e uma atitude crítica ativa em relação às políticas de imigração (KOLAROVA e PEIXOTO, 2009). As duas principais estruturas sindicais portuguesas (CGTP e UGT) têm departamentos que lidam especificamente com as questões das migrações e dos migrantes. Esta ação tem sido complementada pelo envolvimento de associações de imigrantes ou de apoio a imigrantes nas questões laborais.

Este artigo pretende chamar a atenção para a forma como os trabalhadores dos PALOP (exceto Moçambique) foram incluídos na estrutura produtiva portuguesa, incluindo a comparação da sua participação com a dos seus pares portugueses, as diferenças por país de nacionalidade, e condições de trabalho na construção, na limpeza e no trabalho doméstico.

## **2. A IMIGRAÇÃO LABORAL DOS PALOP EM PORTUGAL**

A imigração laboral dos PALOP para Portugal está inscrita na matriz histórica das relações coloniais de Portugal com Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (a imigração de Moçambique assume características distintas, ficando por esse motivo excluída desta análise). A constituição de um fluxo com carácter de imigração laboral é situada, habitualmente, no final da década de 60 (BAGANHA et al., 2002, p. 85), principalmente com a migração de Cabo Verde para a então metrópole. Esta migração prolongou-se e intensificou-se no período subsequente aos processos de independência levados a cabo em 1975. Nesta segunda fase, que Baganha et al. (2002, p. 85) consideram “o início do ciclo contemporâneo da imigração para Portugal”, os fluxos intensificaram-se e passaram a incluir também imigrantes de Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe<sup>2</sup>, homens e mulheres. Tratam-se assim de correntes migratórias sustentadas e renovadas ao longo do tempo. No trabalho de campo que realizei junto de imigrantes africanos em Portugal entre 2006 e 2007, foi evidente a manutenção das entradas em Portugal dos nacionais destes países. Num total de 187 imigrantes dos PALOP entrevistados, cerca de 25% tinham chegado a partir de 1998. É, no entanto, provável que a crise financeira internacional de 2008 tenha diminuído ou desacelerado as entradas nos últimos anos (PEIXOTO e IORIO, 2011, p. 24). Segundo

---

<sup>2</sup> No caso de São Tomé e Príncipe, apesar da escassa informação disponível sobre a imigração com essa origem, existe uma imigração que é anterior à descolonização e se confunde com a imigração cabo-verdiana, por ser constituída por cabo-verdianos, ou seus descendentes, que trabalhavam nas roças em São Tomé e Príncipe.

dados do Censo de 2011 (INE, 2012), residiam em Portugal à data do inquérito, 82.209 nacionais de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau (os grupos da África Lusófona mais numerosos), o que representa uma diminuição face ao contingente contabilizado em 2001 (85.983), resultante principalmente de uma forte diminuição no número de nacionais de Angola (de 37.014 para 26.954). Os naturais de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe<sup>3</sup> aumentaram a sua presença em Portugal entre 2001 e 2011 (com crescimento total de 38% para cabo-verdianos e guineenses e 49% para santomenses).

A inserção de trabalhadores imigrantes, homens e mulheres, em Portugal, tem sido fortemente marcada por um padrão de desvantagem, claramente associado ao segmento secundário, composto por empregos com baixa qualificação, baixos salários, fracas oportunidades de promoções salarial e ocupacional, insegurança laboral e, frequentemente, ausência de assistência social, maioritariamente concentrados no sector dos serviços (OCDE, 2007; MACHADO, 1998; CARNEIRO et al. 2006, BAGANHA et al., 1999; BAGANHA et al., 2002; PEIXOTO, 2002). E, em simultâneo, por uma concentração particular em algumas atividades, e com uma forte segmentação por género. Desde a fase inicial, de uma imigração principalmente associada a trabalhadores dos PALOP, e de Cabo Verde em especial, até a mais recente diversificação nas origens dos trabalhadores estrangeiros, há três atividades que têm empregado uma parte significativa de imigrantes que se dirigem a Portugal (mais no caso dos PALOP, cabo-verdianos em particular, menos nas outras origens, mas ainda assim com pesos significativos): limpezas e trabalho doméstico, para as mulheres, e construção para os homens.

Paralelamente, os imigrantes não se distribuem igualmente por todo o país. Existe uma concentração maior na Área Metropolitana de Lisboa (81% dos nacionais dos PALOP, exceto Moçambique, residem na Grande Lisboa e na Península de Setúbal), residindo os imigrantes principalmente nos concelhos de Sintra, Amadora, Loures, Lisboa e Seixal (INE, Censos 2011), mas com acesso ao mercado de trabalho de toda a bacia de Lisboa e, no caso da construção, até com deslocações para realização de obras noutras partes do país.

Globalmente, as relações laborais dos trabalhadores imigrantes evidenciadas na literatura caracterizam-se por uma predominância de vínculos precários e temporários, informalidade, instabilidade, vulnerabilidade ao desemprego, salários inferiores aos da respectiva categoria, designadamente na construção, e a sobrequalificação face às tarefas desempenhadas, principalmente para os trabalhadores de Angola e da Guiné-Bissau (PEREIRA, 2010, p. 133). Em face deste quadro de inserção global, segue-se nos próximos pontos uma abordagem mais focada nas características específicas prevalentes em três atividades – construção, limpezas e trabalho doméstico –, incluindo a evolução da participação de mão de obra dos PALOP ao longo da primeira metade dos anos 2000.

### **3.1 Construção**

O sector da construção civil e obras públicas (ou simplesmente construção, tal como aqui é designado) é complexo. Envolve um número assinalável de empresas, de várias dimensões, mas com predominância de empresas com nove ou menos pessoas ao serviço, correspondendo a 92,3% do total de empresas do sector. Constitui um dos motores do crescimento económico global, que, no caso português, tem tido uma relevante importância estratégica, com forte investimento público. Em 2008, antes dos

---

<sup>3</sup> Com ou sem nacionalidade portuguesa. Note-se que não é possível analisar esta evolução para os naturais de Angola, devido ao elevado número de portugueses nascidos em Angola na época colonial.

efeitos da crise financeira internacional, era responsável por 5,6% do PIB (Produto Interno Bruto) e correspondia a cerca de 11% do emprego (INE, 2008).

A atividade da construção civil tem a particularidade de corresponder a um processo produtivo que se desenrola em fases sequenciais ao longo do tempo, da preparação do estaleiro aos acabamentos<sup>4</sup>, o que conduz a que as especialidades e o tipo de trabalhadores necessários em cada momento de uma obra sejam diferentes. Devido aos processos de *downsizing*<sup>5</sup> e de *outsourcing*<sup>6</sup> adotados pelas grandes empresas de construção durante a década de 90 (BAGANHA et al., 2002b, p. 4), a execução destas tarefas é assegurada, atualmente, por um conjunto de empresas subcontratadas pelo empreiteiro geral. A adoção da subcontratação por especialidade consistiu na estratégia seguida pelas grandes empresas para fazerem face, de forma mais eficiente, às oscilações conjunturais a que o sector está sujeito<sup>7</sup>. Desta forma, deixaram de ter que suportar os custos de um quadro de pessoal permanente nos momentos em que o número de obras é menor. Por esta razão, atualmente numa obra existe uma grande rotatividade de subempreiteiros<sup>8</sup> – geralmente especializados numa tarefa específica: carpintaria, eletricidade, canalização, armação de ferro, entre outras.

Paralelamente aos subempreiteiros de especialidade, que trazem a sua própria mão de obra, é cada vez mais frequente a contratação de trabalhadores através de agências de trabalho temporário, em que os pagamentos são à hora (todas as grandes empresas de construção contactadas recorrem a este tipo de fornecimento de mão de obra). Por exemplo, uma empresa de trabalho temporário especializada na contratação para este sector registou um aumento no número de trabalhadores de 441, em 2002, para 3.355 em 2007 (dados obtidos junto da própria empresa).

Nos distritos de Lisboa e Setúbal verifica-se um aumento da proporção de trabalhadores estrangeiros no sector da construção<sup>9</sup> (variou entre 4%, em 2000, e 18,4%, em 2006, segundo dados dos quadros de pessoal). O grupo estrangeiro maioritário é, nestes distritos, constituído pelos trabalhadores de Cabo Verde. Contudo, a segunda nacionalidade mais importante foi-se alterando ao longo dos anos, refletindo as próprias dinâmicas migratórias e a interligação entre mercado de trabalho e fluxos migratórios: em 2000, era a guineense, entre 2002 e 2003, foi a ucraniana e, a partir de 2004, passou a ser a brasileira (quadros de pessoal, GEP, MTSS).

No entanto, no âmbito deste sector, que, na sua componente laboral está largamente associado ao segmento secundário, com as características referidas anteriormente, existem diferenças importantes. Por um lado, uma estratificação intrasectorial, que reflete as características diferenciadas do trabalho na construção entre atividades e profissões. Por outro, uma estratificação baseada em práticas laborais distintas para com as várias origens de trabalhadores imigrantes dentro da mesma profissão, designadamente nos níveis salariais e nos ritmos de trabalho.

---

<sup>4</sup> As fases de obra identificadas em INOFOR (2000) são: 1) preparação do estaleiro; 2) preparação do local de construção; 3) execução das fundações e estrutura; 4) execução de alvenarias e cobertura; 5) execução das instalações especiais; 6) atividades de acabamento.

<sup>5</sup> Processo de reestruturação empresarial envolvendo: demissões, achatamento da estrutura organizacional, redução de custos e racionalização.

<sup>6</sup> Subcontratação de terceiros para realizar atividades complementares à atividade central de uma empresa.

<sup>7</sup> Entrevista com a Direção de Serviços de Relação de Trabalho numa associação empresarial do sector da construção.

<sup>8</sup> Pequenas empresas ou trabalhadores por conta própria subcontratados para assegurar uma determinada parte da obra.

<sup>9</sup> Note-se que a localização geográfica se refere à sede do empregador e não implica que os trabalhadores não se desloquem para obras fora destes distritos.

A diferenciação entre trabalhadores na construção civil reflete-se, desde logo, na presença diferenciada de trabalhadores estrangeiros de várias origens nas várias atividades consideradas neste sector. Na construção de edifícios/engenharia civil, que emprega maior volume de mão de obra, os trabalhadores cabo-verdianos mantêm-se mais numerosos, entre os estrangeiros. Nos acabamentos, os brasileiros assumiram-se os mais numerosos entre 2003 e 2006. Por sua vez, nas instalações especiais, o grupo maioritário em 2002-2003 foi o ucraniano, ultrapassado pelo brasileiro em 2004.

No que diz respeito à estratificação intrasectorial entre profissões da construção civil, são de destacar alguns exemplos:

- Servente: 45% estrangeiros (2006); a liderança variou entre ucranianos (2002-2003); brasileiros (2004-2005) e angolanos (2006).
- Armador de Ferro: 43% estrangeiros (2006); maioria da Guiné-Bissau, estável.
- Pedreiro: 39% estrangeiros (2006); maioria de Cabo Verde, estável.
- Eletricista: 10,2% estrangeiros (2006); a liderança variou entre ucranianos (2002-2003), brasileiros e angolanos.

Esta estratificação evidencia a maior permeabilidade a trabalhadores estrangeiros em algumas profissões, mais duras e mais exigentes fisicamente, assim como com níveis salariais médios mais baixos: servente (remuneração média base: 433,1 euros), armador de ferro (remuneração média base: 506,7 euros, em 2005), pedreiro (remuneração média base: 523,3 Euros em 2005), enquanto outras, com condições salariais e de trabalho mais atrativas mantêm uma grande base de mão de obra portuguesa, como a de eletricista (remuneração média base: 591,6 euros). Simultaneamente, está também patente a interligação entre as dinâmicas migratórias e o sector da construção, refletindo-se na presença neste sector as transformações nos próprios fluxos migratórios, designadamente com o crescimento da imigração da Ucrânia e do Brasil na primeira metade dos anos 2000.

É de salientar que, no caso dos trabalhadores dos PALOP, a consolidação da sua posição neste sector resultou de uma crescente especialização – muitos começaram como serventes, mas passaram para outras profissões, designadamente a de pedreiro – e também da criação de pequenas empresas de construção civil, passando a atuar como subempreiteiros. Esta tendência de evolução parece manter-se. Nas palavras de um responsável numa empresa de construção:

... hoje tem, por exemplo, um bom pedreiro, cabo-verdiano, ou guineense (mas menos), aqui nesta obra há casos desses; se forem bons, tentam não fazer nada, pensam logo em montar uma empresa, o que conseguem fazer com muita facilidade, e deixam de ser um bom profissional para passarem a contratar outros para trabalharem por sua conta. Muitos movimentam dinheiro e pessoal, já quase nem sabem trabalhar.

Nos quadros de pessoal, os dados relativos aos empregadores indicam que, em 2006, havia 277 nacionais dos PALOP registados como empregadores da construção civil (correspondentes a 6,51% dos trabalhadores destas origens na construção civil em 2006, em Lisboa e Setúbal), comparativamente com apenas 24 do Leste da Europa, nos distritos de Lisboa e Setúbal (0,57% do total de trabalhadores)<sup>10</sup>.

### **3.2 Limpeza**

Esta atividade abrange as limpezas realizadas por empresas (e para empresas), com base na contratação de trabalhadores para esse efeito. As tarefas de limpeza

---

<sup>10</sup> A proporção de portugueses registados como empregadores, nesse ano, foi de 11,42%.

realizadas em domicílios particulares serão consideradas no ponto seguinte. Os dados disponibilizados nos quadros de pessoal indicam que a proporção de estrangeiros nesta atividade, nos distritos de Lisboa e Setúbal, registou uma tendência crescente ao longo do tempo, principalmente entre 2000 e 2003 (passando de 12,5% para 29,30%). Esta evolução reflete a permeabilidade da atividade aos trabalhadores estrangeiros, assim como a sua disponibilidade para se dedicarem a este tipo de trabalho. Efetivamente, a proporção de trabalhadores estrangeiros nesta atividade é bastante elevada, situando-se inclusivamente acima da proporção registada pelos quadros de pessoal na construção de edifícios e engenharia civil, que não ultrapassava os 20% em 2006. No entanto, é provável que esta diferença resulte, parcialmente, de uma maior formalização das relações laborais nas empresas de limpeza, comparativamente com a situação verificada na construção.

As relações laborais nesta atividade são marcadas por uma combinação de condições laborais favoráveis, como a estabilidade, a tendência para a formalização das relações laborais, designadamente através de contratos permanentes, ou a proteção assegurada pela existência de um contrato coletivo de trabalho<sup>11</sup>, com um conjunto de práticas associadas ao segmento secundário: 1) os baixos salários (o salário por hora varia entre 2,41 e 2,45 euros<sup>12</sup>), com poucas possibilidades de aumentos significativos (tendência que se agrava no atual contexto de crise econômica pós 2008); 2) o trabalho a tempo parcial: a maior parte dos trabalhadores não consegue horários completos, sendo frequentes os horários de 2 a 3 horas, que correspondem a um salário que não ultrapassa os 150 euros/mês, em horários pouco convencionais (das 6 às 9 horas da manhã e entre as 18 e as 21), que são uma resposta às próprias necessidades da atividade; 3) baixo estatuto, um desafio que os empregadores têm procurado ultrapassar, mas que reconhecem constitui uma barreira ao recrutamento de novos trabalhadores; 4) trabalho pouco qualificado (os trabalhadores de limpeza são considerados “trabalhadores não qualificados” na classificação nacional de profissões) e os próprios empregadores reconhecem que as exigências ao nível da escolaridade são muito baixas, sendo apenas necessário saber ler e escrever “alguma coisa” para que as empregadas de limpeza consigam distinguir os vários produtos de limpeza; esta ocupação torna-se assim acessível para imigrantes com baixos níveis de escolaridade, como é o caso de muitas imigrantes dos PALOP, em particular de Cabo Verde (OCDE 2007, p. 26; PEIXOTO et al. 2006, p. 197); 5) fracas possibilidades de progressão.

A natureza “mista” desta atividade (incluindo alguns elementos habitualmente associados ao segmento primário, como vínculos laborais formais, a estabilidade e o acesso a direitos laborais, num padrão de relação laboral mais marcadamente inserido no segmento secundário) tem implicações importantes na atividade que exerce junto dos diferentes imigrantes, com consequências nas práticas de recrutamento acessíveis aos empregadores.

Ao longo de todo o período em análise, os trabalhadores dos PALOP, das várias origens, constituíram a mão de obra estrangeira principal nesta atividade, sobretudo os originários de Cabo Verde, que constituem uma clara maioria, com o triplo dos trabalhadores da segunda nacionalidade mais numerosa em 2006 (Guineense).

Coincidentemente, são também as mulheres dos PALOP (maioritariamente de Cabo Verde) quem apresenta um maior nível de resignação face à sua posição no

---

<sup>11</sup> Contrato coletivo de trabalho celebrado entre a AEPSSLAS (Associação das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza e Actividades Similares) – Associação empresarial do sector – e o Sindicato dos trabalhadores de serviços de portaria, vigilância, limpeza, domésticas e profissões similares e atividades diversas e outros (STAD, filiado na CGTPin) em 2003.

<sup>12</sup> Que contrasta com os 5 a 7 euros/hora pagos no trabalho doméstico.

mercado de trabalho. Esta atitude não passa despercebida aos empregadores. São aliás os próprios empregadores desta atividade a referir que as trabalhadoras africanas se acomodam mais facilmente às condições oferecidas por terem como objetivo salarial ganhar o suficiente para a manutenção do dia a dia da família que está frequentemente em Portugal, aceitando mais facilmente as condições deste tipo de trabalho. Os empregadores reconhecem a disponibilidade demonstrada pelos trabalhadores dos PALOP para ingressar nesta atividade. Conforme indicou um dos entrevistados<sup>13</sup>: “... os supervisores têm que ficar com o que está disponível e o que está disponível são os PALOP.” Esta disponibilidade relaciona-se, por um lado, com a maior aceitação das condições laborais oferecidas nesta atividade por parte dos trabalhadores dos PALOP (principalmente no caso dos cabo-verdianos) e por outro, com os processos de recrutamento, que se encontram ainda muito dependentes dos próprios trabalhadores da empresa que, acionando contactos nas redes sociais em que estão inseridos, conseguem encaminhar novos trabalhadores, normalmente da mesma origem, para a empresa (este mecanismo é importante, sobretudo para as empresas menores<sup>14</sup>).

### 3.3 Serviço doméstico

O serviço doméstico compreende o trabalho realizado na esfera doméstica e na privada para empregadores particulares, mediante o pagamento de um salário. Esta atividade é realizada individualmente e, frequentemente, também em regime de autonomia e com supervisão direta limitada por parte do empregador. As possibilidades de progressão na profissão são escassas, uma vez que não há uma hierarquia de funções. A transição frequentemente associada a uma progressão corresponde à passagem de trabalhos “internos” (em que a trabalhadora reside na casa dos empregadores) para “externos”. O trabalho interno constitui uma ocupação de entrada fácil no mercado, procurando-se posteriormente a transição para o trabalho em regime externo, que dá mais liberdade e espaço para a vida privada da trabalhadora (a este respeito v. KONTOS, 2013). Por exemplo, uma das entrevistadas, de Cabo Verde, indicou explicitamente que o trabalho mais fácil de se conseguir é o de empregada interna. As menores visibilidade e exposição pública associadas ao trabalho doméstico para empregadores particulares constituem, por um lado, uma oportunidade para imigrantes irregulares, mas, por outro, permite também a ocorrência de situações de exploração destas trabalhadoras associadas a uma capacidade de intervenção limitada por parte das autoridades (PEREIRA e VASCONCELOS, 2007, p. 97). Os níveis salariais proporcionados são superiores aos dos trabalhos de limpeza, com valores pagos por hora maioritariamente entre 5 e 7 euros, em 2006, dependendo os montantes mensais da capacidade, e oportunidade, de combinar múltiplas casas, uma vez que a maior parte dos trabalhos ocorre em regime parcial ou “a dias” (PEREIRA 2010, p. 166-67). Prevalece ainda a prática de não declaração do trabalho doméstico à Segurança Social, para empregadas nacionais e estrangeiras. Dos empregadores que inquiri em 2006<sup>15</sup>, cerca de 60% não tinham as suas empregadas domésticas devidamente enquadradas no regime de Segurança Social (PEREIRA, 2010, p. 167). No entanto, é interessante notar que esta prática é mais evidente entre empregadas portuguesas (por vezes já reformadas ou com outras atividades) e entre imigrantes mais recentes do Brasil e do Leste da Europa, do

---

<sup>13</sup> Entrevista com direção de recursos humanos de uma empresa de limpeza na área de Lisboa.

<sup>14</sup> Entrevistas: 1) com a presidente de uma empresa de limpeza em Lisboa: a entrevistada referiu que nunca teve de recorrer a anúncios para contratar trabalhadores; e 2) sócio-gerente de outra empresa de limpeza na área da Grande Lisboa indicou que 90% da contratação é feita por esta via.

<sup>15</sup> Foram inquiridos 105 empregadores de trabalhadoras domésticas, via e-mail, através de redes de contactos diversificadas.

que entre empregadas dos PALOP (PEREIRA, 2010, p. 167-68; dados semelhantes em GUIBENTIF, 2011, p. 17). A manutenção de várias fragilidades nas relações laborais no serviço doméstico, para trabalhadoras imigrantes, mas não só, conduziu a que o GAMI – Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes –, em funcionamento na sede da associação Solidariedade Imigrante, publicasse, em 2012, a brochura “Direitos e Deveres no Trabalho Doméstico”<sup>16</sup>.

Neste sector, a prevalência do trabalho não declarado (CENTENO, 2006, p. 41) dificulta a análise da evolução da presença do trabalho imigrante. No entanto, é possível admitir que os dados da Segurança Social relativamente às contribuições pagas por trabalho doméstico constituem uma *proxy* do número de trabalhadores de várias origens nesta atividade, principalmente se tivermos em conta que o regime de imigração ao promover a legalização de trabalhadores imigrantes por via da apresentação de contratos de trabalho (a partir do Decreto-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro e subsequentes regularizações extraordinárias em 2003 e 2004), contribuiu para uma maior formalização do trabalho doméstico, pelo menos, para as mulheres imigrantes<sup>17</sup>. Estes dados indicam que a proporção de trabalhadoras nacionais tem vindo a reduzir-se, provavelmente em resultado de processos de reforma, sem que se verifique uma continuidade na entrada de mulheres portuguesas mais jovens nesta atividade. Em paralelo, aumenta a participação de trabalhadoras estrangeiras.

Em proporção do emprego global (registado), a percentagem de trabalhadoras originárias dos PALOP manteve-se a mais alta no conjunto de estrangeiras com atividade neste ramo até 2006, sendo, em 2007, ultrapassada pelo número de trabalhadoras brasileiras, que passaram a ser o grupo estrangeiro com maior peso (em linha com um forte fluxo de entrada de brasileiros em Portugal). Entrevistas realizadas com imigrantes dos PALOP indicam que esta constitui uma importante atividade de entrada, havendo posteriormente uma saída para outros trabalhos, designadamente nas limpezas. Das imigrantes contactadas, 32,5% iniciaram a sua trajetória laboral em Portugal como trabalhadora doméstica, mas em 2006, apenas 13,5% se mantinham nesta atividade, nenhuma como empregada interna. As empregadas cabo-verdianas são aquelas que, no conjunto das nacionalidades dos PALOP, gozam de uma imagem mais favorável e de uma avaliação de desempenho também mais positiva por parte dos empregadores. No entanto, as empregadas portuguesas e ucranianas são aquelas que beneficiam de uma imagem globalmente mais positiva junto dos empregadores, destacando-se as brasileiras quando estão envolvidas tarefas de cuidado a crianças ou idosos (PEREIRA, 2010, p. 183-84). O recrutamento para esta atividade assenta maioritariamente em referências obtidas através de redes de contactos, perpetuando-se assim o recrutamento dentro das mesmas origens (PEREIRA, 2010, p. 179). Simultaneamente, processos de saída de determinadas origens provavelmente desencadearão uma maior dificuldade de recrutamento dentro desse grupo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu evidenciar o papel dos trabalhadores imigrantes em Portugal, em três atividades centrais da sua inserção na vida laboral neste país. Como vimos, o aumento da sua participação é desigual, aconteceu em atividades e ocupações menos atraentes para os trabalhadores nacionais, sendo as suas relações laborais

---

<sup>16</sup> Mais informação aqui: <http://www.solimigrante.org/categoria/actividades/mulheres-imigrantes>. URL disponível a 28 de Fevereiro de 2013.

<sup>17</sup> Apesar de o Decreto-Lei n.º 34/2003 de 25 de Fevereiro, em vigor até 2007, contemplar um regime de “quotas” para trabalhadores estrangeiros por sector de atividade que não incluiu o serviço doméstico.

frequentemente marcadas por condições desfavoráveis. O conhecimento da situação de trabalho e das condições laborais dos imigrantes/trabalhadores estrangeiros deverá ter como objetivo contribuir para diminuir o seu distanciamento face aos nacionais, bem como eliminar a ambiguidade por vezes presente nos movimentos operário e sindical na luta pelos direitos de todos os trabalhadores. É fundamental o acompanhamento da evolução das condições de trabalho nestas atividades em paralelo com uma análise dos movimentos de entrada e saída de trabalhadores de várias origens ao longo do tempo.

É ainda importante mencionar que estes não são os únicos sectores com presença imigrante relevante. Também nos serviços de restauração e hotelaria, no comércio ou na agricultura, a presença imigrante é expressiva, principalmente em algumas regiões do país. Seria assim fundamental alargar a análise das condições laborais dos imigrantes também a estas atividades e a outras partes do país, para além dos distritos de Lisboa e Setúbal. Paralelamente, seria fundamental adotar-se cada vez mais perspectivas de classe, que, sem deixar de considerar outros elementos identitários relevantes, pudessem construir um quadro analítico comum para trabalhadores nacionais e imigrantes/estrangeiros.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. The working class today: the new form of being of the class who lives from its labour. **International Journal on Strikes and Social Conflicts**. v. I n. 2, p. 7-17, 2013.

BAGANHA, Maria Ioannis; FERRÃO, João et al. (Eds.). **Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal**. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002.

BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos, et al. O Sector da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990-2000. **Oficina do CES**. n. 173, p. 1-35, 2002b.

BAGANHA, Maria Ioannis. Immigrant Insertion in the Informal Economy: the portuguese case. In: REYNERI, E. **Project: Migrants insertion in the informal economy deviant behaviour and the impact on receiving societies**, University of Parma, 1996.

BAGANHA, Maria Ioannis et al. Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português. **Análise Social** v. XXXIV n. 150 p. 147-173, 1999.

CASTLES, Stephen. Western Europe: the 'guests' who stayed. In: CASTLES, Stephen (Ed.). **Ethnicity and globalisation: from migrant worker to transnational citizen**. London: Sage Publications, 2000, p. 26-45.

CENTENO, Luís M. Gomes de Freitas (Coord.). **O trabalho não declarado em Portugal - metodologia de abordagem e tentativa de medição**. Coleção *Cogitum* n. 19. Lisboa: DGEOP, 2006.

GREENWOOD, Michael J.; MCDOWELL, John M. The factor market consequences of US immigration. **Journal of Economic Literature**, v. XXIV, p. 1738-1772, 1986.

GUIBENTIF, P. Rights perceived and practiced – Results of the survey carried out in Portugal as part of the project: "Domestic Work and Domestic Workers Interdisciplinary and Comparative Perspectives". **Working Paper Dinâmia'CET-IUL**

— Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, Instituto Universitário de Lisboa jan 2011.

HOLGATE, Jane. Organizing migrant workers: a case study of working conditions and unionization in a London sandwich factory. **Work, employment and society**, v. 19 n. 3, p. 463-480, 2005.

INE. **Destaque**: Informação à Comunicação Social, 20 nov. 2012.

JANDL, Michael et al. **Migration and Irregular Work in Austria**: A Case Study of the Structure and Dynamics of Irregular Foreign Employment in Europe at the Beginning of the 21st Century. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009.

KOLAROVA, Marina; PEIXOTO, João. **Sindicatos e Imigração em Portugal**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2009.

KONTOS, Maria. Negotiating the social citizenship rights of migrant domestic workers: the right to family reunification and a family life in policies and debates. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 39 n. 3, p. 409-424, 2013.

MACHADO, Fernando Luís. Da Guiné-Bissau a Portugal: luso-guineenses e imigrantes. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 26, p. 9-56, 1998.

MACKENZIE, Robert; FORDE, Chris. The rhetoric of the 'good worker' versus the realities of employers' use and the experience of migrant workers. **Work, employment and society**, v. 23 n. 1, p. 142-159, 2009.

MINGIONE, Enzo. Introduction: immigrants and the informal economy in European cities. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 23 n. 2, p. 209-211, 1999.

OCDE. **The labour market integration of immigrants in Portugal**, apresentado em seminário organizado pelo ACIDI, em Lisboa, a 27 novembro 2007.

PEIXOTO, João; IORIO, Juliana. **Crisis, immigration and the labor market in Portugal**: return, regulation or resistance? Cascais: Principia e Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

PEIXOTO, João; CASACA, Sara Falcão, et al.. **Mulheres Migrantes**: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal. Lisboa: Socius, 2006.

PEIXOTO, João. Os mercados da imigração: Modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal. **Cadernos de sociedade e trabalho** n. 2, p. 57-68, 2002.

PEREIRA, Sónia. **Trabalhadores de Origem Africana em Portugal**: Impacto das Novas Vagas de Imigração. Lisboa: Colibri, 2010.

PENNINX, Rinus; ROOSBLAD, Judith (org.). **Trade Unions, Immigration and Immigrants in Europe, 1960-1993**. Nova Iorque: Berghahn Books, 2000.

QUINTAS, Célia; CRISTÓVAM, Maria Luisa. **Comparative Study on Migration and Industrial Relations – the Case of Portugal**. EIRO, 2003.

RODRIGUEZ, Jenny; MEARNES, Lesley. Problematizing the interplay between employment relations, migration and mobility. **Employee Relations**, v. 34 n. 6, p. 580-593, 2012.

ROGALY, Ben. Spaces of work and everyday life: labour geographies and the agency of unorganised temporary migrant workers. **Geography Compass**. v. 3 n. 6. p. 1975-1987, 2009.

Submissão: Maio de 2013

Aprovação: Dezembro de 2013